



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO LATU-SENSU EM**  
**DOCÊNCIA DA EJA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: Juventudes presentes na**  
**EJA**

**PROCEDIMENTOS E PROTOCOLOS NO ACESSO E PERMANÊNCIA**  
**NA EJA: uma análise sobre os jovens matriculados em uma escola de**  
**Ribeirão das Neves**

Artigo apresentado à disciplina de alfabetização e letramento, orientado pelo professor Ramuth Pereira Marinho, como parte de atividade do curso de pós-graduação em juventudes presentes na EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Belo Horizonte, 2011.

## **PROCEDIMENTOS E PROTOCOLOS NO ACESSO E PERMANÊNCIA NA EJA: uma análise sobre os jovens matriculados em uma escola de Ribeirão das Neves**

*Márcia de Souza dos Santos Colares<sup>1</sup>  
Orientador: Ramuth Pereira Marinho<sup>2</sup>*

### **RESUMO:**

Este texto trata a respeito da educação na modalidade da Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos denominada EJA, com o foco voltado para os jovens de uma escola da rede municipal de Ribeirão das Neves, tendo por finalidade discutir as potencializações e/ou entravamentos da normatização dessa modalidade para esses sujeitos, que se originam nos protocolos e formalidades do sistema de ensino municipal. Apontando, para isso, a atuação de um personagem que aparece como secundário no cenário escolar o espaço da secretaria escolar e o profissional que nela atua e desempenha uma função administrativa, que é fundamental para legalizar a vida escolar do aluno.

**Palavras-chave:** EJA, jovens, secretaria escolar

This text is about education in the form of Basic Education, Education, Youth and Adult called EJA with a focus on young people in a municipal school of Ribeirão das Neves, which aims to discuss the potentiations and / or impeded this type of standardization for these subjects, which originate in the protocols and procedures of local school system. Pointing to this, the role of a character that appears as a secondary school setting in the space of the school secretary and her professional who acts and plays an administrative role, which is fundamental to legalize the student's school life.

**Keywords:** adult education, youth, school secretary

### **1. INTRODUÇÃO**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a retomada de um direito que foi negado por um dado motivo. Mas, apesar da conquista de direitos legalizados nessa modalidade de ensino ainda é possível detectar alguns impasses no acesso e permanência do sujeito que tenta regressar a sua vida escolar. O presente trabalho apresenta o estudo de um dos possíveis impasses, o processo de documentação da vida escolar do aluno. Assim, apresenta-se como problema de pesquisa a seguinte indagação: Como os procedimentos adotados e protocolos legais, estruturados pela Secretaria Municipal de Educação, potencializam ou entram o acesso e permanência dos estudantes jovens da EJA na unidade escolar em que atuam?

Esse questionamento surge a partir do momento que a autora que é secretária escolar, atuando na EJA, passa a refletir sobre as especificidades que essa modalidade e que os alunos requerem. É preciso ter sensibilidade nesse atendimento para que as formalidades administrativas não intimidem ou desencorajem o aluno de regressar a escola. A inquietação geradora está embasada na discussão de que as matrículas dos alunos que ingressam na EJA, no município em questão, devem ser feitas sob a orientação das professoras (que já atuam a um tempo considerável na rede), em especial quando diz respeito à juventude que se faz cada vez mais presente nessa modalidade. A escolha em abordar apenas os jovens presentes na escola se justifica pelo fato de que alguns residem em favelas e criam uma preocupação (polêmica) ao procurarem a escola para se matricular.

Diante disso, para esclarecer a indagação proposta é preciso delimitar de forma clara e coesa os objetivos que serão o norte para o esclarecimento dessa questão. Assim, tem-se que o objetivo geral é analisar os efeitos dos procedimentos e protocolos, estruturados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), utilizados na secretaria de uma escola da rede municipal de Ribeirão das Neves. Constituindo-se em secundários os seguintes:

- Identificar o que potencializa ou entrava o acesso e permanência dos estudantes jovens da EJA na escola municipal em que atuo.
- Verificar os procedimentos e protocolos que são adotados na rotina escolar que potencializam/entram o acesso e permanência dos jovens presentes na EJA.

Ao se pensar nos sujeitos envolvidos na educação está na ponta da língua a figura do professor e do aluno, todavia é preciso pensar que eles não são os únicos e que existem outros personagens secundários que são fundamentais para o bom funcionamento. De acordo com os dados relatados elaborou-se a seguinte problematização: De que forma a função de secretária escolar pode colaborar ou inibir o acesso e permanência de jovens que se mostram dispostos a frequentar a EJA, ao seguir os parâmetros estabelecidos pela SEMEC? Quais são as especificidades que precisam ser levadas em consideração ao efetuar a matrícula desse sujeito que foi privado por algum motivo de cursar o Ensino Regular? Qual a diferença no atendimento dado entre as professoras que atuam nessa modalidade da rede e a secretária escolar para os alunos jovens?

Observa-se que existe uma escassez de produções científicas, sobre a influência que a secretária escolar exerce no acesso e permanência ao atender os jovens e adultos que ingressam na EJA. Todos os atores que participam no processo que constitui a EJA em uma realidade são importantes, entretanto esse artigo constitui-se supostamente em um marco inicial ao ocasionar reflexões sobre o papel do secretário escolar que atua na EJA.

Esse artigo aponta para a necessidade de discutir o atendimento com qualidade voltada para as especificidades dos adultos e em especial dos jovens. Os recursos e instrução oferecidos na preparação desse profissional são relevantes com a necessidade exigida no perfil de tal profissional? Percebe-se em acompanhamento que a estruturação de tal projeto está enfraquecida, talvez por falta de incentivo ou mesmo a falta de desejo pela titularidade.

## **2. A EJA E SUAS JUVENTUDES PRESENTES:** discussões pertinentes à atualidade

A Secretaria de Educação e Cultura, conforme é explicitado no site da prefeitura municipal é integrada por três Superintendências, a saber: “Planejamento e Gestão”; de “Cultura” e de “Ensino”.

A esta última, que é responsável pela escola alvo desta pesquisa, compete:

- Coordenar as atividades de organização escolar em todos os aspectos.
- Desenvolver e coordenar as atividades de implementação da política pedagógica no Município, de acompanhamento e supervisão das atividades do Sistema Municipal de Ensino.
- Desenvolver e coordenar a implementação de políticas de formação continuada, destinadas ao aperfeiçoamento dos profissionais da Educação.
- Implementar políticas de garantia de acesso e permanência na Educação Infantil, Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A EJA em Ribeirão das Neves tem sua rede estruturada em escolas núcleo, sendo onze no total. Dentre elas, tem-se a escola em questão, a Escola Municipal Jean Paul Sartre<sup>3</sup>. Ela está localizada no bairro Girassol, que pertence ao município de Ribeirão das Neves, região metropolitana de Belo Horizonte. Ela oferta as séries iniciais no turno da manhã e da tarde, e a noite funciona como escola pólo para a Educação de Jovens e Adultos.

O ambiente físico é constituído de 9 salas de aula, 1 biblioteca, 1 cantina com refeitório, 1 quarto para materiais de limpeza, 1 sanitário feminino e 1 masculino para uso do aluno, 1 grupo de salas que dividem o mesmo espaço para sala de professores, diretoria, secretaria, banheiros e uma sala para armazenar materiais diversos.

Antes de discorrer sobre a escuta de alguns jovens presentes no local objeto de estudo é preciso passar pela discussão de dois aspectos, sendo o primeiro as principais leis que regem e regulam a modalidade da EJA. Segundo, definir o perfil do aluno jovem presente nas salas de aula, retratados por alguns teóricos. E, a partir dessa construção apresentar os dados constados no trabalho de campo.

## **2.1 Marcos Legais e Diretrizes Pedagógicas para a EJA**

O Brasil, em 1996, teve um avanço significativo na área da educação ao instituir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, doravante denominada LDB.

A LDB regulamenta a Educação de Jovens e Adultos em poucas linhas, pois dedica apenas um número pequeno de artigos se comparado a outras modalidades de ensino.

De uma forma mais ampla o Art. 37 regulamenta que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” A formalização da EJA como uma modalidade integrante da educação básica nacional constituiu-se em um vitorioso reconhecimento dos direitos negados e que precisam ser reavidos. Embora, ainda tenham mais três parágrafos destinados a esse tema a lei ainda deixa lacunas que precisam ser preenchidas, conforme se pode perceber abaixo.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Devido às constantes reivindicações feitas após a promulgação dessa lei, no sentido de preencher as lacunas identificadas, foram aprovadas outras normatizações, diretrizes e resoluções que tentam sanar e promover melhorias na EJA.

Com isso tem-se o Parecer CNE N° 11/2000 – CEB, aprovado em 10.5.2000, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, cujo relator foi o Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, sendo necessário apontar que esse documento apresenta três funções fundamentais para a EJA:

- A **função reparadora**, que não se confunde com a noção de suprimento, já que significa o resgate dos direitos civis pela restauração de um direito negado. Neste sentido, entende que os termos suplência e supletivo e a lógica de tratamento que os informava não faz jus e até compromete a compreensão do que a negação deste direito representa;
- A **função equalizadora** que reivindica cobertura adequada para a reentrada no sistema educacional, assegurando condições efetivas de acesso e permanência a todos e a tantos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de continuidade dos estudos ou outras condições adversas;
- A **função qualificadora**, entendida como a essencial e permanente desta modalidade educacional, qual seja a de garantir educação contínua e ao longo da vida a todos. Esse seria, portanto, o sentido próprio e a função da EJA, já que as duas funções anteriores decorrem, na verdade, de distorções sociais distributivas e limitações das concepções e no desenvolvimento das políticas e práticas educacionais

Nesse mesmo ano, foi publicada a Resolução N° 3, de 15 de junho de 2010, que instituiu Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; bem como, a idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos, desenvolvida por meio da Educação a Distância.

Em seu Art. 5º, determina a idade mínima, obedecidos o disposto no artigo 4º, incisos I e VII, da Lei nº 9.394/96 (LDB) e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização obrigatória, para os cursos de EJA e para a realização de exames de conclusão de EJA do Ensino Fundamental a de 15 (quinze) anos completos. Ao se considerar essa como a idade mínima, tem-se uma mudança no retrato que era própria da EJA, ou seja, cada vez mais estão presentes na EJA rostos jovens, trabalhadores e que querem o direito que não usufruído dentro do tempo estipulado pela lei. Contudo, esses jovens estão no mercado de trabalho e anseiam por conseguir completar os seus estudos e gerar mudanças positivas em suas vidas. Sendo assim, passa-se a discorrer sobre esse fenômeno que está cada vez mais presente na EJA.

## 2.2 Perfil do aluno e identidade de um curso de EJA

O aluno de ontem não é o mesmo de hoje e nem o de amanhã será da mesma forma que o de agora, cada época tem suas peculiaridades que marcam época e que influenciam as que ainda estão por vir. Pensando nessa questão o aluno que frequenta a EJA não é mais o idoso, que em muitos casos não havia enfrentando a escola como apontavam as pesquisas do século XXI. Nem tão pouco é mais exclusividade do adulto que durante a adolescência teve que optar por abandonar os estudos para ser o arrimo da família, mas atualmente essa modalidade perpassa pelas juventudes que se fazem cada vez mais presentes. Assim, quando Arroyo (2005, p.226) explicita que a história

mostra que as experiências mais radicais de educação de jovens e adultos não aconteceram à margem dos sistemas de ensino pelo anarquismo de grupos de educadores progressistas, mas porque a concepção de jovem e adulto popular e de seus processos educativos, culturais, formadores não cabiam nas clássicas modalidades de ensino.

Ou seja, o que Arroyo fala induz que a concepção de jovem e adulto está atrelada aos sujeitos que não se encaixaram nos modelos clássicos de ensino que os definiam como fora do tempo “regular”<sup>4</sup>, conferindo-lhes implicitamente o termo irregular.

Ferrari e Amaral (2011, p.1), ao pensar nos sujeitos presentes na EJA, apontam para uma ressignificação do perfil do aluno dessa modalidade, que nos últimos anos apresenta maior demanda de jovens e que traz, como consequência, a dificuldade de o professor atender num mesmo espaço e tempo diferentes níveis de conhecimento e ritmos de aprendizagens. Somado a esses fatores tem-se ainda o medo dos profissionais em relação ao envolvimento que os alunos(as) possam ter com violência e drogas, variando de acordo com a comunidade na qual eles residem.

A.J. Silva (2011, p.1) esclarece que “as análises sociais, jornalísticas e acadêmicas têm privilegiado a juventude pobre como objeto de estudo de questões ligadas à delinquência e violência urbana”. Cria-se no imaginário do corpo docente, nos demais funcionários e corpo discente um terror psicológico que pode redundar na construção de uma imagem social negativa e excludente.

Retomando Arroyo( 2005, p.222-223) é preciso ter bem definido e rememorar alguns traços do legado acumulado nas últimas décadas em relação a EJA no cenário nacional. Assim,

A EJA nomeia os jovens e adultos pela sua realidade social: oprimidos, pobres, sem terra, sem teto, sem horizonte. Pode ser um retrocesso encobrir essa realidade brutal sob nomes mais nossos, de nosso discurso como escolares, como pesquisadores ou formuladores de políticas: repetentes, defasados, aceleráveis, analfabetos, candidatos à suplência, discriminados, empregáveis... Esses nomes escolares deixam de fora dimensões de sua condição humana que são fundamentais para as experiências de educação. Podemos mudar os nomes, mas sua condição

O termo condição humana implica em lembrar que todos são suscetíveis de acertos e erros e que a realidade brutal mencionada não é uma opção, mas uma imposição a que os alunos dessa modalidade de ensino estão sujeitos, em sua maioria. Ignorar a realidade do aluno é limitar-lhe a sua essência, pois o local ao qual pertence faz parte de sua história e lhe influencia diretamente.

A partir deste esclarecimento passa-se a refletir sobre os procedimentos e protocolos que os órgãos competentes estabelecem para que a escola objeto deste estudo possa atender a todos que procuram esta modalidade de ensino.

### **2.3 Potencialização e/ou entravamentos dos sujeitos jovens: reflexões possíveis no poder local**

A SEMEC no início de cada ano letivo promove cursos de capacitação para seus servidores destinados ao cargo de secretário escolar. O curso fornece orientações necessárias ao bom funcionamento e desempenho da secretaria das escolas do município de Neves. Além desse curso, o setor responsável pela EJA também promove uma capacitação, pois alguns aspectos dessa modalidade de ensino se diferem das demais.

Um exemplo claro disso é que a EJA ofertada pelo estado é por série, mas a do município é estruturada por módulo, dividido em dois segmentos. Para esclarecer essa estrutura, faz-se a comparação com a estrutura clássica. O primeiro segmento é o de alfabetização, correspondente com o nível de 1º ao 5º ano, por sua vez o Segundo Segmento,



correspondente do 6º ao 9º Ano, é repartido em Módulo I (6º e 7º ano) e Módulo II (8º ao 9º ano). Sendo que todo aluno deve ser obrigatoriamente matriculado no Módulo I.

O processo de investigação se constituiu por meio de entrevista semi-estruturada e observação no campo de estudo. Embora, o foco sejam os alunos jovens, os outros alunos, professores e funcionários foram observados.

Foram entrevistados dois alunos, um rapaz de 16 anos que tinha um ano que havia parado de estudar, Caetano Veloso e uma jovem de 21 anos, que tinha 3 anos que deixou os estudos, Gal Costa (nomes fictícios).

Nos dados coletados é possível afirmar que ambos estão satisfeitos com o atendimento e de ensino que a EJA propicia. Ambos, em suas falas, demonstram valorização e sentimento de contentamento tanto em relação ao aprendizado quanto no nível das relações pessoais que constroem nesse ambiente. No que diz respeito ao espaço da secretaria escolar, ao serem indagados sobre a opinião que tinham a respeito do atendimento que recebiam da secretária da escola, Gal Costa foi objetiva: “Ela atende bem” e Caetano Veloso forneceu um pouco mais de informações ao dizer “Bastante bem, (ela) pergunta se tem dúvida, ela respeita”.

A fala de ambos vem a confirmar o que Ferrari e Amaral (2011, p.4) explicitaram em seu artigo ao refletirem sobre as interações que o aluno jovem estabelece com os alunos adultos presentes na EJA, assim como as relações com os professores.

Um meio escolar, que visa (e que deve visar) ao desenvolvimento integral da pessoa em seu contexto ambiental e social, apresenta condições de propiciar transformações nos comportamentos, sentimentos e pensamentos dos jovens, em decorrência da diversidade de relações estabelecidas com o conhecimento, com colegas de idades diferentes e com professores.

De um modo geral a entrevista constatou aspectos positivos no atendimento que os alunos recebem da escola e em relação à documentação exigida no ato da matrícula, não se encontrou nenhum problema ou resistência por parte dos entrevistados.

Pontua-se que os alunos que suscitaram a construção dessa problemática não frequentam mais a escola e não foi possível entrevistá-los. Mas, é relevante contextualizar a situação ocorrida para compreender melhor as questões por trás do óbvio. No ano de 2010,

após o curso ministrado pela SEMEC tiveram-se as orientações de que não seria efetivada a matrícula de alunos que não apresentassem a documentação completa no ato da matrícula, devido aos fins burocráticos e administrativos que toda instituição escolar deve ter. Bem como, as orientações técnicas a respeito de transferências de sistemas de ensino diferentes e provas de reclassificação para os alunos que não pudessem por algum motivo apresentar o histórico escolar (documento obrigatório e essencial para a matrícula do aluno).

Um jovem moreno, alto, de andar cabisbaixo, e um boné que encobria seus olhos, ao procurar a secretaria para realizar sua matrícula foi orientado a respeito da data e dos documentos necessários para a matrícula na semana da matrícula regressou trazendo os documentos necessários. Diante de todos os pré-requisitos estarem conforme foi solicitado à matrícula foi efetivada e o aluno foi encaminhado ao primeiro segmento (alfabetização). Contudo, o rapaz demonstrava ser extremamente calado e os indícios diários levavam a crer que estava envolvido com o uso de drogas.

Esse fato causou inquietação e insatisfação. Então, o aluno foi chamado para uma conversa informal sobre o tipo de ensino que era oferecido lá e os acordos existentes entre professores e alunos, as regras de boa convivência para todos, para minimizar o ar de insegurança que se instaurou na escola. A partir desse momento a fala de que por diversos motivos o ato da matrícula deveria ser acompanhado pelas professoras se fez presente, pautada no fato de que antes na ausência da secretária escolar era o corpo discente que ficava responsável por esse protocolamento da matrícula dos alunos.

Sobre esse tema é importante considerar a linguagem não dita nos documentos. Para além da experiência cotidiana nas salas de aula é preciso avaliar se o currículo que se tem é o que se deseja. analisando as relações de poder existentes nas entrelinhas documentais e nos responsáveis pela EJA, é preciso negociar para que a realidade social que o aluno carrega para dentro da sala de aula não seja responsável pela sua exclusão. O discurso ideológico da EJA praticado não deve contradizer o discurso ideológico escrito, pois seria uma pedagogia anti-ética.

Pensar nas conjecturas possíveis implica em abraçar a frase que Paulo Freire martelou no seu livro *Pedagogia do Oprimido*, ao afirmar que mudar é difícil, mas que é algo possível. Matricular alunos que fazem parte do tráfico ou de outras práticas ilegais não é simples e nem tão pouco se constitui em uma situação confortável para os que vivenciarão essa experiência,

mas deve-se lembrar que apesar de sua realidade esse sujeito também é contemplado na LDB, quando diz que a educação é para todos.

Retomando o estudo de J.A. Silva (2011) ficou evidente o aumento das matrículas na EJA, contudo quando menciona a diminuição em torno dos 7% dos alunos/as matriculados/as na cidade de Belo Horizonte entre 2003 e 2009, não enfoca os possíveis motivos que levam esses alunos a evadir. E, antes mesmo de chegar a esse momento, entrar no campo da discussão dos índices estatísticos dos milhões de brasileiros que não tem interesse em reaver o direito à educação que raramente são mensurados.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao se retomar os objetivos tem-se que a análise dos efeitos dos procedimentos e protocolos, estruturados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), utilizados na secretaria, apontou para os entravamentos, não dos alunos, mas da questão ideológica presente no município. Por exemplo, não se teve fácil acesso ao Parecer que normatiza a EJA no município, embora sua existência esteja descrita no site municipal.

Em relação aos objetivos específicos identificou-se que os procedimentos e protocolos não interferem no acesso e muito menos na permanência dos alunos, principalmente para os jovens. Uma vez que, a maioria não tem demasiado tempo de afastamento dos estudos, ou seja, o jovem tem mais facilidade de encontrar ou acessar sua documentação do que um sujeito que parou de estudar a mais de 20 ou trinta anos, ou ainda, que veio de outro estado. Deve-se destacar que os objetivos específicos foram alcançados, pois foi possível verificar os procedimentos e protocolos que são adotados na rotina escolar devido ao fato da autora ter acesso a quase todos os dados estudados em questão.

Contudo, algumas orientações estão pautadas nas entrelinhas das falas diárias e que não puderam ser mensuradas ou embasadas para serem discutidas amplamente.

Os protocolos e procedimentos legais utilizados para estruturar e legalizar a vida escolar do aluno caminham na dicotomia entre um trabalho bem feito e um processo de

humanização para atender o aluno da EJA. Pois, se de um lado a documentação exigida para validar uma matrícula está pautada nas coisas que fazem parte da burocracia, para facilitar a obtenção de dados para o senso, por exemplo, ou ainda fundamentar produções que necessitam de dados como é texto de J.A. Silva (2011) e o texto de Ribeiro (2007). Do outro lado encontra-se o aluno que está tentando exercer um direito que lhe foi negado, na expectativa de superar as dificuldades físicas, sociais e psicológicas e que precisa encontrar um acolhimento caloroso, e sem nenhuma barreira que lhe desanime logo no início.

Assim, essa discussão parte para o que é imposto e não discutido. O mais importante é fornecer corretamente os números para o governo, estruturar corretamente a documentação ou assegurar a permanência do sujeito que está se formando? É preciso ter dados sim, mas também se faz necessário pensar nas pessoas, evitando-se que as burocracias processuais não atrapalhem o processo pedagógico de alcançar os objetivos que lhe são fundamentais.

Por fim, o resultado da produção deste artigo é que existe são novos desafios da educação de adultos ante a nova reestruturação do perfil dessa modalidade de ensino devido às juventudes presentes. Essa reestruturação implica em superar as discriminações político-sociais, ideológicas e até mesmo as psicológicas que se fazem presentes nas entrelinhas do cotidiano; principalmente ao se debater a teoria *versus* a prática real, que é muitas vezes marginalizada. Isto é, diante da realidade que os profissionais da educação se encontram é preciso não deixar apenas no discurso a manutenção do direito de matrícula da EJA, mesmo que ele esteja em situação de risco (drogado, traficante, ou outros tipos de infrações de acordo com as leis regentes determinadas pela sociedade).

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005, p.221-230.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2011.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 3, DE 15 DE JUNHO DE 2010**. Disponível em: <[forumeja.org.br/mt/sites/...br.../Diretrizes\\_Operacionais\\_de\\_EJA\\_2010.pdf](http://forumeja.org.br/mt/sites/...br.../Diretrizes_Operacionais_de_EJA_2010.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2011.

FERRARI, Shirley Costa; AMARAL, Suely. **O aluno de EJA: jovem ou adolescente?** Revista da Alfabetização Solidária, vol.5, n.5, p.7-14. Disponível em: <[www.cereja.org.br/pdf/revista\\_v/Revista\\_ShirleyCostaFerra.pdf](http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_ShirleyCostaFerra.pdf)>.

**Organograma**. Disponível em: <[http://www.neves.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=520&Itemid=139](http://www.neves.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=520&Itemid=139)>. Acesso em: 09 maio 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES. Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <[http://www.neves.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=928&Itemid=830](http://www.neves.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=928&Itemid=830)>. Acesso em: 07 maio 2011.

SILVA, Analise de Jesus da. **Juventude na EJA: A “prática pedagógica diferente” vista teoricamente pela didática**. 2011. 12f.

SILVA, Jerry Adriani da Silva. **Educação de Jovens e Adultos: histórias, memórias e movimento**. 2011. 12f.

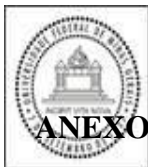
## BIBLIOGRAFIA

GIOVANETTI, Maria Amélia; SOARES, Leôncio José Gomes. **JUVENTUDE, ESCOLARIZAÇÃO E PODER LOCAL**. Relatório da primeira fase da pesquisa. Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

HADDAD, Sérgio. Por uma nova cultura de Educação de Jovens e Adultos, um balanço de experiências de poder local. In: Novos caminhos em EJA.

RIBEIRO, Vera Masagão. As estatísticas da alfabetização. **REVEJA: Revista de Educação de Jovens e Adultos**, ago. 2007, v.1, n.0, p.97-107.

SANTOS, Javan Sami Araújo dos. **gestão escolar e EJA: um olhar no Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola pública municipal de MACEIÓ/AL**.



ANEXOS



Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Segmento: \_\_\_\_\_

1. Você gosta da escola? Justifique.

---

---

---

---

2. Você gosta do atendimento que recebe dos funcionários da escola? Por quê?

---

---

---

---

3. Qual a sua opinião a respeito do atendimento que você recebe da secretária escolar?

---

---

---

---

4. Você tem alguma sugestão a fazer para melhorar esse atendimento?

---

---

---

---

5. Para você, os documentos exigidos no ato da matrícula dificultaram o seu ingresso, ou isso não foi problema quando você decidiu voltar a estudar?

---

---

---

6. Você já se sentiu desamparado ou discriminado pelos serviços prestados pela secretária da escola?

---

---

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Especialização Lato Sensu em Docência da EJA na Educação Básica: juventudes presentes na EJA, atuando como secretária escolar na modalidade da EJA.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação - FaE/ UEMG

<sup>3</sup> Este é o nome fictício utilizado para zelar pela ética e moral dos sujeitos envolvidos.

<sup>4</sup> Entende-se por REGULAR nesse artigo o conceito definido pelo Parecer N°627/02.